

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
CAPÍTULO I. DIREITO TRIBUTÁRIO	9
1. A atividade financeira pública	9
2. A regulação jurídica da atividade financeira pública	10
3. Os tributos: distinção conceitual e classificação	11
3.1. Os impostos	11
3.1.1. Conceito	11
3.1.2. Classificação dos impostos	13
3.1.2.1. Impostos sobre o rendimento, sobre o consumo e sobre o património	13
3.1.2.2. Impostos diretos e impostos indiretos	14
3.1.2.3. Impostos reais e impostos pessoais	15
3.1.2.4. Impostos periódicos e impostos de obrigação única	15
3.1.2.5. Impostos de quota fixa e impostos de quota variável	15
3.1.2.6. Impostos estaduais e impostos não estaduais	15
3.1.2.7. Impostos proporcionais, progressivos e regressivos	16
3.1.2.8. Impostos comutativos, distributivos, restitutivos e punitivos	18
3.2. As taxas	18
3.3. As contribuições financeiras	21
4. Relações do direito tributário com outros ramos do direito	29
4.1. Introdução	29
4.2. Direito constitucional	30
4.3. Direito internacional	30
4.4. Direito da União Europeia	31
4.5. Direito administrativo	33

4.6. Direito civil	33
4.7. Direito penal	34
4.8. Direito das sociedades comerciais	34
4.9. Direito laboral	34
5. Relações do direito tributário com outras disciplinas	35
5.1. Filosofia moral e teoria política	35
5.2. Economia	36
5.2.1. Aspectos gerais	36
5.2.2. Microeconomia	37
5.2.3. Macroeconomia e política fiscal	39
5.3. Contabilidade	40
CAPÍTULO II. DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	43
1. Fundamentos constitucionais da tributação	43
1.1. Introdução	43
1.2. Os custos do contrato social	44
1.3. Objetivos da tributação	45
1.4. Princípio republicano liberal	46
1.5. Princípio do Estado social	47
2. Limites à tributação	49
3. Direito constitucional e finanças públicas	50
4. Princípios constitucionais, análise económica e teoria da tributação ótima	52
5. O sistema tributário na Constituição da República Portuguesa de 1976	57
6. Princípios constitucionais de direito tributário	59
6.1. Introdução	59
6.2. Princípio da universalidade	59
6.3. Princípio da igualdade tributária	61
6.4. Princípio da necessidade tributária	65
6.5. Princípio do respeito pelos direitos fundamentais	66
6.6. Princípio da legalidade tributária	68
6.6.1. Sentido geral	68
6.6.2. Reserva de lei	70
6.6.3. Prevalência de lei	75
6.6.4. Precedência de lei	76
6.6.5. Proibição de referendo fiscal	77
6.6.6. Princípio da liberdade de escolha lícita da via menos tributada	77
6.6.7. A proibição do abuso de formas jurídicas pelos poderes públicos	79

6.7. Princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança	80
6.7.1. Sentido geral	80
6.7.2. Publicidade	81
6.7.3. Precisão, clareza e determinabilidade	82
6.7.4. Proibição da retroatividade	85
6.7.5. Confiança e transição jurídica	90
6.8. Princípio da proporcionalidade	92
6.8.1. Sentido geral e dimensões concretizadoras	92
6.8.2. A proibição da tributação excessiva	94
6.9. Princípio da tutela jurisdicional efetiva	96
6.10. O princípio anticorrupção	98
6.10.1. Princípio constitucional fiscal multinível	99
6.10.2. Conceito de corrupção	100
6.10.3. Autonomia dogmática	101
6.10.4. Funções do princípio anticorrupção	102
6.10.5. Subprincípios e relevância no direito fiscal	103
6.11. Princípio da justiça distributiva	105
6.11.1. A justiça distributiva no sistema tributário português	105
6.11.2. Teorias da justiça e fiscalidade	106
6.11.3. Justiça distributiva, princípio do Estado social e fiscalidade	108
6.11.4. Os critérios da capacidade contributiva e do benefício	112
7. Tributação e direito de propriedade	114
CAPÍTULO III. DIREITO FISCAL DA UNIÃO EUROPEIA	117
1. Considerações gerais	117
2. Repartição de competências em matéria fiscal	119
3. Mercado interno e Direito fiscal europeu	125
3.1. Considerações gerais	125
3.2. Liberdades fundamentais e direito fiscal	125
3.2.1. Liberdade de circulação de mercadorias	127
3.2.2. Liberdade de circulação de trabalhadores	129
3.2.3. Liberdade de estabelecimento	133
3.2.4. Liberdade de prestação de serviços	136
3.2.5. Liberdade de circulação de capitais	136
3.3. A relevância do princípio da proporcionalidade na fiscalidade da União Europeia	142
3.3.1. Considerações gerais	142
3.3.2. O princípio da proporcionalidade no domínio da fiscalidade indireta	142

3.3.3. O princípio da proporcionalidade no domínio da tributação direta	146
3.4. Direito da concorrência e auxílios de Estado	153
4. Luta contra a evasão e a elisão fiscais	155
CAPÍTULO IV. DIREITO INTERNACIONAL TRIBUTÁRIO	163
1. Introdução	163
2. Objeto do Direito internacional tributário	165
3. História do Direito internacional tributário	167
4. O trabalho da OCDE no domínio da fiscalidade internacional	170
4.1. Considerações gerais	170
4.2. O projeto BEPS	171
5. Critérios de jurisdição tributária	173
5.1. Critério da residência	173
5.2. Critério da fonte	176
6. Sentido e limites da pretensão tributária	178
6.1. Enquadramento	178
6.2. O direito internacional tributário como direito de coordenação	179
6.3. O direito internacional tributário como direito de redistribuição	180
7. Fontes de direito internacional tributário	182
7.1. Enquadramento	182
7.2. Os tratados internacionais	182
7.3. O costume internacional	184
7.4. Princípios gerais de direito internacional tributário	186
7.5. Jurisprudência e doutrina	186
8. A dupla tributação internacional	187
8.1. Enquadramento	187
8.2. Conceito	188
8.3. Principais métodos para evitar a dupla tributação internacional	188
8.3.1. Método de isenção	188
8.3.2. Método de imputação	190
8.3.3. Outros métodos	191
8.4. A Convenção Modelo da OCDE	192
8.5. A Convenção Modelo das Nações Unidas	194
8.6. A Convenção Modelo dos Estados Unidos da América	195
9. Interpretação dos tratados internacionais	195
10. Concorrência fiscal internacional	197
11. Preços de transferência	199
11.1. Considerações gerais	199
11.2. Transferências no seio de grupos de empresas	201

11.3. Relevância do problema	203
11.4. Tratamento jurídico do problema	203
11.5. Grupos de sociedades de preços controlados	204
11.6. Determinação do preço do mercado	205
11.6.1. Dificuldades de aplicação	206
11.6.2. Critérios de determinação do preço de mercado	207
11.6.2.1. Função	207
11.6.2.2. Termos contratuais	208
11.6.2.3. Risco	208
11.6.2.4. Condições económicas	208
11.6.2.5. Propriedade e serviços	209
11.6.3. Métodos de determinação do preço de mercado	209
11.6.3.1. Preço comparável de mercado	210
11.6.3.2. Preço de revenda minorado	213
11.6.3.3. Custo majorado	214
11.6.3.4. Margens líquidas de transação	216
11.6.3.5. Divisão de lucros	216
11.6.3.6. Acordo de partilha de custos	217
11.6.4. Princípios a observar pela administração fiscal	218
11.6.5. Litígios sobre preços de transferência	219
11.6.5.1. Procedimento de acordo amigável	219
11.6.5.2. Arbitragem vinculativa	220
11.6.5.3. Acordos antecipados de preços	220
11.6.6. Alternativas aos preços de transferência	221
CAPÍTULO V. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS	225
1. Introdução	225
2. A aplicação das regras e princípios gerais de interpretação à lei fiscal	227
3. O critério da substância económica	230
4. Integração de lacunas e analogia	232
5. A interpretação da lei fiscal pela Administração Tributária	233
6. A interpretação em conformidade com a Constituição, com o Direito da União Europeia e com o Direito internacional	234
6.1. A interpretação em conformidade com a Constituição	234
6.2. A interpretação em conformidade com o direito da União Europeia	234
6.3. Interpretação em conformidade com o direito internacional	235
CAPÍTULO VI. RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA	237
1. Definição	237

2. Sujeitos da relação jurídica tributária	238
2.1. Sujeitos ativos	238
2.2. Sujeitos passivos	238
2.2.1. Considerações gerais	238
2.2.2. Substituição tributária	241
2.2.3. Responsabilidade tributária	242
2.2.4. Transmissão dos créditos e obrigações tributárias	244
3. Objeto da relação jurídica tributária	245
4. Constituição da relação jurídica tributária: o facto tributário	246
5. Permanência e alteração da relação jurídica tributária	247
5.1. Considerações gerais	247
5.2. Princípio da inalterabilidade	247
5.3. Princípio da qualificação legal	247
5.4. Condicionamento e contratualização	248
6. Extinção da relação jurídica tributária	248
6.1. Pagamento	248
6.2. Caducidade do direito de liquidação	250
6.3. Prescrição da prestação tributária	252
7. Garantia da relação jurídica tributária	253
7.1. Considerações gerais	253
7.2. Garantia dos créditos tributários	253
7.2.1. Património do devedor	253
7.2.2. Privilégios creditórios	253
7.2.3. Penhor ou hipoteca legal	255
7.2.4. Direito de retenção de mercadorias	256
7.2.5. Outras garantias	256
7.3. Providências cautelares	256
7.4. Garantia da cobrança da prestação tributária	257
CAPÍTULO VII. IMPOSTOS EM ESPECIAL	259
1. Impostos sobre o rendimento	259
1.1. Enquadramento	259
1.1.1. Considerações gerais	259
1.1.2. O conceito de rendimento tributável	260
1.1.2.1. Rendimento-produto e rendimento-acrécimo	260
1.1.2.2. Capacidade contributiva	261
1.1.2.3. Rendimento real	262
1.1.2.4. Rendimento líquido	264
1.1.3. Progressividade vs. proporcionalidade fiscal	264
1.2. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	266

1.2.1. Base subjetiva do imposto	266
1.2.1.1. Introdução	266
1.2.1.2. Delimitação da incidência pessoal	267
1.2.1.2.1. Princípios da residência e da fonte	267
1.2.1.2.2. Pessoas singulares, agregados familiares e equiparados	270
1.2.1.2.3. A imputação especial	272
1.2.1.2.4. A substituição tributária no contexto do IRS	272
1.2.2. Incidência real do imposto	272
1.2.2.1. Introdução	272
1.2.2.2. Esquema simplificado de determinação do IRS	274
1.2.2.3. A determinação do rendimento bruto e do rendimento líquido	275
1.2.2.3.1. Rendimentos da Categoria A	275
1.2.2.3.2. Rendimentos da Categoria B	282
1.2.2.3.3. Rendimentos da Categoria E	287
1.2.2.3.4. Rendimentos da Categoria F	289
1.2.2.3.5. Rendimentos da Categoria G	292
1.2.2.3.6. Rendimentos da Categoria H	297
1.2.3. Dedução de perdas	299
1.2.4. Abatimentos	300
1.2.5. Englobamento	301
1.2.6. O procedimento de determinação do rendimento coletável	302
1.2.7. Aplicação das taxas	303
1.2.7.1. Taxas gerais	303
1.2.7.2. Taxas liberatórias	305
1.2.7.3. Taxas especiais	306
1.2.7.4. Tributação autónoma de despesas	306
1.2.8. Quociente familiar	307
1.2.9. Mínimo de existência	307
1.2.10. Deduções à coleta	309
1.2.11. Pagamento	310
1.2.11.1. Pagamento voluntário	310
1.2.11.2. Retenção na fonte	311
1.2.11.3. Pagamentos por conta	312
1.2.12. Obrigações acessórias	313
1.3. Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	314
1.3.1. Considerações gerais	314
1.3.2. Princípios fundamentais	315

1.3.3.	A incidência subjetiva e objetiva do imposto	317
1.3.3.1.	Introdução	317
1.3.3.2.	Incidência subjetiva	317
1.3.3.2.1.	Aspetos gerais	317
1.3.3.2.2.	Princípio da residência	318
1.3.3.2.3.	Princípio da fonte	321
1.3.3.2.4.	Estabelecimento estável	322
1.3.3.2.5.	Transparência fiscal	325
1.3.3.3.	Incidência objetiva	326
1.3.3.4.	Período de tributação	327
1.3.3.5.	Isenções	328
1.3.3.5.1.	Justificação e alcance das isenções	328
1.3.3.5.2.	Entidades isentas	329
1.3.3.6.	Determinação da matéria coletável	330
1.3.3.6.1.	Introdução	330
1.3.3.6.2.	Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	331
1.3.3.6.3.	Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	342
1.3.3.6.4.	Estabelecimentos estáveis de entidades residentes	343
1.3.3.6.5.	Entidades não residentes	344
1.3.3.6.6.	Possibilidade de recurso a métodos indiretos	345
1.3.3.6.7.	Correções para efeitos de determinação da matéria coletável	346
1.3.3.6.8.	Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	359
1.3.3.6.9.	Transformação de sociedades	363
1.3.3.6.10.	Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	363
1.3.3.6.11.	Liquidação de sociedades e outras entidades	367
1.3.3.6.12.	Transferência de residência para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	367

1.3.3.6.13. Realização de capital por entrada de património	369
1.3.3.6.14. Regime simplificado de determinação da matéria coletável	369
1.3.3.7. Taxas	371
1.3.3.7.1. Taxas gerais	371
1.3.3.7.2. Taxas de tributação autónoma	371
1.3.3.8. Liquidação	375
1.3.3.8.1. Competência e procedimentos	375
1.3.3.8.2. Liquidação adicional	376
1.3.3.9. Pagamento	376
1.3.3.9.1. Regras gerais	376
1.3.3.9.2. Retenção na fonte	377
1.3.3.9.3. Pagamento especial por conta	379
1.3.3.10. Obrigações acessórias	380
1.4. As derramas	382
1.4.1. A derrama municipal	382
1.4.1.1. Evolução histórica e natureza jurídica da derrama municipal	382
1.4.1.2. Lançamento, definição da taxa e determinação da matéria coletável	385
1.4.2. A derrama estadual	387
2. Impostos sobre o consumo	390
2.1. Introdução	390
2.2. Origem do imposto sobre o valor acrescentado (<i>value added tax</i>)	392
2.3. Tributação do consumo em Portugal	392
2.4. O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	393
2.4.1. Considerações gerais	393
2.4.2. O IVA e a construção europeia	396
2.4.3. O campo de aplicação do IVA	398
2.4.3.1. Incidência	398
2.4.3.1.1. Introdução	398
2.4.3.1.2. Incidência objetiva	398
2.4.3.1.3. Incidência subjetiva	400
2.4.3.1.4. Localização das operações	401
2.4.3.1.5. Facto gerador e exigibilidade do imposto	403
2.4.3.2. Isenções	403
2.4.3.2.1. Isenções dirigidas aos sujeitos passivos	403
2.4.3.2.2. Isenções dirigidas aos consumidores finais	404

2.4.3.3. Valor tributável	405
2.4.3.3.1. Nas transações internas	405
2.4.3.3.2. Nas importações	406
2.4.3.4. Taxas	407
2.4.3.5. Liquidação	408
2.4.3.5.1. Direito à dedução	408
2.4.3.5.2. Momento e modalidades do exercício do direito à dedução	412
2.4.3.5.3. Métodos de dedução relativa a bens de utilização mista	413
2.4.3.6. Pagamento	414
2.4.3.7. Obrigações em geral	414
2.4.3.8. Regimes especiais	416
2.5. O Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)	416
2.5.1. Incidência	416
2.5.1.1. Incidência objetiva	416
2.5.1.2. Incidência subjetiva	418
2.5.1.3. Localização das aquisições intracomunitárias de bens	419
2.5.1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto	419
2.5.2. Isenções	420
2.5.3. Valor tributável	422
2.5.4. Taxas	422
2.5.5. Liquidação e pagamento	422
2.5.6. Obrigações gerais	422
2.6. Impostos especiais de consumo: breve nota	423
3. Impostos sobre o património	423
3.1. Considerações gerais	423
3.2. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	425
3.2.1. Introdução	425
3.2.2. Incidência	430
3.2.3. Isenções	431
3.2.4. Avaliação e valor patrimonial tributário	435
3.2.4.1. Considerações gerais	435
3.2.4.2. Avaliação dos prédios rústicos	436
3.2.4.3. Avaliação dos prédios urbanos	438
3.2.4.4. Contestação administrativa da avaliação	442
3.2.4.4.1. De prédios rústicos	442
3.2.4.4.1.1. Reclamação	442

3.2.4.4.1.2. Segunda avaliação	444
3.2.4.4.1.3. Segunda avaliação direta	444
3.2.4.4.2. De prédios urbanos	445
3.2.4.5. Impugnação da avaliação	445
3.2.5. Taxas	446
3.2.6. Liquidação e pagamento	447
3.2.6.1. Competência, prazo e caducidade	447
3.2.6.2. Revisão oficiosa da liquidação	447
3.2.6.3. Pagamento	448
3.3. O Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis	448
3.3.1. Introdução	448
3.3.2. Incidência subjetiva	449
3.3.3. Incidência objetiva	449
3.3.4. Valor tributável	450
3.3.5. Taxa	452
3.3.6. Liquidação e pagamento	453
3.3.7. Consignação da receita	453
3.4. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	454
3.4.1. Introdução	454
3.4.2. Incidência	454
3.4.2.1. Considerações gerais	454
3.4.2.2. Incidência objetiva e territorial	455
3.4.2.3. Incidência subjetiva	456
3.4.3. Isenções	457
3.4.3.1. Considerações gerais	457
3.4.3.2. Isenções subjetivas	457
3.4.3.2.1. De entidades públicas	457
3.4.3.2.2. De entidades privadas	458
3.4.3.3. Isenções objetivas	458
3.4.3.4. Regime das isenções	459
3.4.3.4.1. Reconhecimento	459
3.4.3.4.2. Caducidade	460
3.4.4. Valor tributável	461
3.4.5. Taxas	463
3.4.6. Liquidação	465
3.4.6.1. Liquidação moto proprio e oficiosa	465
3.4.6.2. Momento da liquidação	465
3.4.6.3. Especificidades da liquidação	466
3.4.6.4. Correção da liquidação	466

3.4.7. Pagamento	467
3.4.8. Garantias dos contribuintes	467
4. O Imposto do Selo	468
4.1. Considerações gerais	468
4.2. Incidência objetiva	469
4.3. Incidência subjetiva	471
4.4. Isenções	471
4.5. Valor tributável	472
4.6. Taxas	472
4.7. Liquidação	473
4.8. Pagamento	473
CAPÍTULO VIII. A MINIMIZAÇÃO DOS ENCARGOS FISCAIS	475
1. Considerações gerais	475
2. Evasão fiscal, elisão fiscal e planeamento fiscal	476
3. A elisão fiscal	478
3.1. O conceito de elisão fiscal na doutrina nacional	478
3.2. Causas da elisão fiscal	479
3.2.1. O comportamento racional dos indivíduos	479
3.2.2. A complexidade do sistema fiscal	480
3.2.3. O carácter tipológico do direito fiscal	482
3.3. Consequências da elisão fiscal	482
3.4. O combate à elisão fiscal	483
3.4.1. Considerações gerais	483
3.4.2. As normas antiabuso específicas	485
3.4.3. A cláusula geral antiabuso	486
3.4.3.1. Regime jurídico	486
3.4.3.2. Algumas posições doutrinárias	491
3.4.4. Planeamento fiscal e deveres de comunicação, informação e esclarecimento	494
4. Os benefícios fiscais	496
4.1. Caracterização e natureza jurídica	496
4.2. Regime jurídico	498
4.2.1. Princípios gerais	498
4.2.2. Limitação temporal dos benefícios fiscais	498
4.2.3. Benefícios fiscais automáticos e dependentes de reconhecimento	498
4.2.4. O procedimento de reconhecimento	499
4.2.5. Constituição, transmissão e extinção dos benefícios fiscais	500

CAPÍTULO IX. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO	503
1. Organização da administração tributária	503
1.1. Composição da administração tributária	503
1.2. A Autoridade Tributária e Aduaneira	504
1.2.1. Natureza e missão	504
1.2.2. Atribuições	504
1.2.3. Organização	505
2. O procedimento administrativo tributário	507
2.1. Introdução	507
2.2. Âmbito do procedimento tributário	508
2.3. Competência para o procedimento tributário	508
2.4. Princípios do procedimento administrativo tributário	509
2.4.1. Princípio da prossecução do interesse público	509
2.4.2. Princípio da decisão	509
2.4.3. Princípio da legitimidade procedimental ampla	510
2.4.4. Princípio da igualdade	511
2.4.5. Princípio da proporcionalidade	512
2.4.6. Princípios da justiça e da imparcialidade	512
2.4.7. Princípio da celeridade e da economia processual	513
2.4.8. Princípio do respeito pelas garantias dos contribuintes	513
2.4.9. Princípio do inquisitório	514
2.4.10. Princípio da participação e do contraditório	514
2.4.11. Princípio da boa-fé e da colaboração	515
2.4.12. Princípio do sigilo e da confidencialidade	517
2.4.13. Princípio da estabilidade da instância	518
2.4.14. Princípio do duplo grau de decisão	518
2.5. Dos procedimentos tributários em especial	518
2.5.1. Orientações genéricas, informações vinculativas e avaliação prévia	518
2.5.1.1. Orientações genéricas	518
2.5.1.2. Informações vinculativas	519
2.5.1.3. Avaliação prévia	521
2.5.2. Avaliação direta	521
2.5.3. Avaliação indireta	521
2.5.4. O procedimento de liquidação	524
2.5.5. O procedimento de aplicação de normas antiabuso (Remissão)	525
2.5.6. O procedimento de ilisão de presunções	525

2.5.7. O procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais (Remissão)	526
2.5.8. O procedimento de cobrança	526
2.5.9. O procedimento de correção de erros da administração tributária	526
2.5.10. O procedimento de inspeção tributária	527
2.5.11. O procedimento de acesso a informações bancárias	532
2.6. Garantias do procedimento tributário	535
2.6.1. Revisão da matéria coletável	535
2.6.2. Revisão de atos tributários	536
2.6.3. Reclamação graciosa	537
2.6.4. Recurso hierárquico	539

CAPÍTULO X. JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA E PROCESSO TRIBUTÁRIO

E PROCESSO TRIBUTÁRIO	541
1. Introdução	541
2. Organização da jurisdição tributária	541
2.1. Enquadramento	541
2.2. Supremo Tribunal Administrativo	542
2.2.1. Organização e competência	542
2.2.2. Das competências, em especial	543
2.2.2.1. Competência de apelação	543
2.2.2.2. Competência de revista	544
2.2.2.3. Competência de primeira instância	544
2.2.2.4. Competência cautelar	544
2.2.2.5. Competência executiva	544
2.2.2.6. Resolução de conflitos de competência	544
2.2.2.7. Uniformização de jurisprudência	544
2.3. Tribunais Centrais Administrativos	545
2.3.1. Organização e competência	545
2.3.2. Das competências, em especial	545
2.3.2.1. Competência de apelação	545
2.3.2.2. Competência de primeira instância	545
2.3.2.3. Competência cautelar	546
2.3.2.4. Competência executiva	546
2.4. Tribunais tributários	546
2.4.1. Organização e competência	546
2.4.2. Das competências, em especial	547
2.4.2.1. Ações de impugnação	547
2.4.2.2. Ações de reconhecimento de direitos ou interesses	548

2.4.2.3. Providências cautelares	548
2.4.2.4. Processo executivo	548
2.4.2.5. Intimações	548
2.4.2.6. Outras competências	548
2.5. Fazenda Pública	549
3. Princípios do processo tributário	549
3.1. Princípio da tutela jurisdicional efetiva	549
3.2. Princípio do pedido	550
3.3. Princípio do contraditório	550
3.4. Princípio do inquisitório	551
3.5. Princípio da economia processual	554
3.6. Princípio pro actione	555
3.7. Princípio da celeridade processual	555
4. Meios processuais	556
4.1. Elenco dos meios processuais	556
4.2. A impugnação judicial	556
4.2.1. Aspectos gerais	556
4.2.2. Petição inicial	557
4.2.3. Contestação	558
4.2.4. Instrução	559
4.2.5. Sentença	560
4.2.6. Incidentes	560
4.3. A ação administrativa	561
5. A arbitragem tributária	561
5.1. Considerações gerais	561
5.2. Competência dos tribunais arbitrais	562
5.3. Composição dos tribunais arbitrais	563
5.4. Vinculatividade das decisões arbitrais	564
5.5. Procedimento arbitral	566
5.6. Processo arbitral	567
6. O processo de execução fiscal	569
6.1. Considerações gerais	569
6.2. Âmbito	571
6.3. Competência	571
6.4. Legitimidade processual	572
6.5. Títulos executivos	572
6.6. Nulidades processuais	573
6.7. Oposição à execução	573
6.8. Incidentes	574
6.9. Suspensão e extinção do processo	575
6.10. Tramitação processual	575

